



# ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(De harmonia com o ponto 8.1 do POCAL e ponto III da Resolução n.º 4/2001-2.ª secção do Tribunal de Contas - D.R.II série, n.º 191, de 18/08/2001)

## 8.1.1. - Identificação:

- Município de Mogadouro
- Número de Identificação Fiscal: **506851168**
- Morada: Largo do Convento - 5200-244 - MOGADOURO
- Telefone / Fax - 279 340 100 - 279 341 874
- MAIL - geral@mogadouro.pt

-Regime Financeiro: Autonomia Administrativa e Financeira e em termos de IVA a autarquia, aplica o regime da Afetação Real de periodicidade trimestral.

- N.º de Eleitores em 2019: 10.297 - D.R. n.º 43, II Série de 02/03/2020

## 8.1.3. - Estrutura Organizacional

	Data da aprovação	Data de publicação	Diário República
Estrutura Orgânica	29 de junho de 2018	14 de outubro de 2018	N.º 156 - II Série
Mapa de Pessoal	Câmara	Assembleia	
	30/10/2018	14/12/2018	

## 8.1.4. - Descrição sumária das atividades:



O Município de Mogadouro   uma autarquia que visa a prosseca o de interesses próprios das popula es respetivas, cujas atividades são direcionadas   concretiza o das atribui es e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei 75/2013 de 12 de setembro, cujas atividades desenvolvidas durante o ano se encontram descritas nos Relatório de Gestão.

#### **8.1.5.- Recursos Humanos –  rg o Executivo**

De 1 de janeiro a 31 de dezembro

- Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães
- Manuel da Ressurrei o Cordeiro
- Evaristo Ant nio Neves
- Daniel Fernando Ribeiro Salgado
- Joana Filipa Vicente Silva
- Alexandra Carlota Amém Morais Machado
- Virgínia Cordeiro Gomes Vieira

Desempenharam fun es, em regime de permanência, os eleitos:

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro:

- Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães - Presidente
- Evaristo Ant nio Neves - Vice-Presidente
- Joana Filipa Vicente Silva - Vereadora
- Virgínia Cordeiro Gomes Vieira - Vereadora

#### **8.1.6.- Organiza o Contabilística:**

Os serviços de Contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada na Divisão Administrativa e Financeira, utilizando diariamente a aplica o POCAL da Medidata-Engenharias e Sistemas, S.A.. Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informa o adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de



Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro).

**8.1.7.- Outra informação (conforme Resolução n.º 4/2001)**

**Indicadores de Gestão:**

Fundo de Equilíbrio Financeiro	8.780.434,00€
Fundo Social Municipal	177.796,00€
Participação fixa no IRS	124.433,00€
Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação	11.557.237,52€
Despesas de investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação	1.582.448,51€
Despesas com pessoal do quadro	3.162.509,41€
Despesas com pessoal em qualquer outra situação	439.443,48€

**Ações Inspetivas:**

- Data da última ação: 28/11/2005
- Período abrangido: 01/07/2000 a 28/11/2005
- Entidade: I.G.A.T.
- N.º Processo: S.P.40800

Sem relatório concluído por ter sido exercido o contraditório, decorreu uma inspeção levada a cabo pela I.G.A.L. que abrangeu vários períodos de acordo com exposição apresentada tendo início a 26/05/2011 e término a 03/08/2011 à qual foi atribuído o n.º. de processo S.P.40800-IO/2011.

**Serviços Municipalizados:**

- Esta entidade não tem Serviços Municipalizados.

**Regulamentos/Diretivas/Internas:**

- Regulamento de Controlo Interno aprovado em 23/03/2004.

**Documentos de Gestão:**



	<i>Data de Aprovaçào pelo Órgão Executivo</i>	<i>Data de Aprovaçào Órgão Deliberativo</i>
<i>Grandes Opções do Plano - 2019</i>	<i>30 de outubro de 2018</i>	<i>14 de dezembro de 2018</i>
<i>Orçamento para 2019</i>	<i>30 de outubro de 2018</i>	<i>14 de dezembro de 2018</i>
<i>Documentos de Prestação de Contas</i>		

## **8.2 NOTAS AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **8.2.1 Derrogação das disposições do POCAL**

A presente prestação de contas é constituída, para além dos documentos que se encontram definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro - POCAL, - por um conjunto de outros não previstos no diploma legal supra referido, mas impostos pela Resolução n.º 04/2001- 2.ª Secção do Tribunal de Contas.

Todos os documentos foram elaborados sem prejuízo do legalmente estabelecido, para que estes reflitam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Autarquia.

Um dos objetivos do POCAL é a pratica de uma contabilidade pública que incorpore a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, de modo a que a autarquia disponha de um instrumento de apoio à gestão, ajustado ao caracter específico da sua atividade, e consiga promover uma política de valorização e gestão mais eficiente dos ativos patrimoniais municipais. A contabilidade analítica, reconhecida como ferramenta fundamental de gestão financeira, ao permitir o apuramento de custos das atividades/funções e dos custos subjacentes à fixação de preços de bens e serviços, encontra-se numa fase muito embrionária, apenas ao nível de definição do centro de custos e de gestão de aprovisionamento, tendo muito recentemente vindo a ser objeto de melhorias com o objetivo da sua plena implementação em 2020, nomeadamente,



com a recente aquisição dos softwares de gestão de máquinas e equipamentos e de gestão de obras. Importa, ainda, sublinhar que com a entrada em vigor do SNC-AP, em 1 de janeiro de 2020, novos desafios e exigências se colocam à unidade orgânica, com adaptação às novas regras contabilísticas impostas pelo novo sistema contabilístico, nomeadamente, o enquadramento das cedências de imóveis efetuadas a terceiros. Não foram derrogadas quaisquer disposições do POCAL que tenham efeitos na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados da autarquia.

### 8.2.3 – Critérios valorimétricos

Os critérios valorimétricos seguidos relativamente às rubricas do balanço e da demonstração de resultados são os seguintes:

#### 8.2.3.1 - Imobilizado

O presente quadro aplica-se apenas, o inventário em 31 de dezembro de 2006.

DESCRIÇÃO	Nº. BENS	VALOR IMOB. BRUTO (€)
Bens valorizados pelo custo histórico	1140	1.200.091,99
Bens avaliados pelo método comprovativo	353	69.938,74
Bens avaliados pelo valor de mercado	1.879	393.029,92
Bens não inventariáveis fisicamente, valorizados ao custo histórico	1.267	9.803.500,67
Bens sem valorização	28	0,00

Fonte: Relatório de avaliação da empresa avaliadora Sinergimo, S.A. para efeitos de registos contabilísticos no balanço inicial.

Na generalidade do imobilizado, incluindo os investimentos adicionais (benfeitorias/grandes melhorias), inventariado após 1 de janeiro de 2007, na valorização dos bens imóveis de domínio público/privado, viaturas e bens móveis, foi utilizado o método do custo de aquisição ou produção (incluindo o IVA suportado, excetuando as despesas relacionadas com captação, tratamento e



distribuição de água, uma vez que o município utiliza o critério de afetação real no que concerne ao IVA).

Na sequência da metodologia adotada para a inventariação do espólio documental, tem-se procedido ao registo das novas aquisições pelo valor global da fatura. No entanto, é de realçar que todo o espólio documental é objeto de controlo através de uma aplicação informática, disponível na Biblioteca Municipal Trindade Coelho.

Sempre que se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito considera-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais para o efeito, ou seja, o valor patrimonial tributário atual para os imóveis. Caso não exista disposição aplicável, considera-se o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. No caso em que este critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser objeto de uma grande reparação, assumindo nessa data o montante da beneficiação. Na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, os bens são identificados neste anexo e justificada essa impossibilidade na nota 8.2.14.

#### ✓ Bens de Domínio Público

Os bens de domínio público foram valorizados pelo respetivo valor de aquisição ou de produção discriminados em escritura, auto de receção provisória ou pelo valor patrimonial constante na inscrição do registo matricial.

*Os bens do domínio público com o valor líquido de 23.538.367,90€, registaram uma quebra de 3.246.449,49€ em relação ao ano anterior, resultante do aumento do valor das amortizações.*



O Ativo inclui os bens e direitos do Município, bem como os acréscimos e diferimentos - (acréscimos de proveitos e custos diferidos) e encontra-se estruturado em três grupos.

✓ **Imobilizações Incorpóreas**

As imobilizações incorpóreas (despesas de investigação e desenvolvimento, projetos, planos, direitos de autor, marcas, direitos de superfície e outros direitos) também foram valorizadas ao custo de aquisição.

*Este item, que regista o software informático e outras despesas e que têm uma elevada taxa de amortização, cujo valor é amortizado em 3 anos, regista este ano um forte acréscimo de 68.130,35€ em relação ao ano de 2018.*

✓ **Imobilizações Corpóreas**

Os bens incluídos nesta conta foram valorizados ao custo de aquisição ou produção, isto é, do valor de compra, fabrico ou construção acrescido de todos os gastos necessários para se colocar o bem em funcionamento.

*Este capítulo, sendo o que contribui com a maior fatia do Ativo, regista o valor de 41.672.037,97€, com aumentos nas rubricas de terrenos, no equipamento básico, no equipamento administrativo, nas outras imobilizações corpóreas e nas imobilizações em curso e diminuições nos edifícios e outras construções, no equipamento de transporte e nas ferramenta e utensílios, apresentando no total, uma diminuição de 272.355,21€.*

• **Terrenos e recursos naturais**

Os bens registados nesta conta encontram-se valorizados pelo custo de aquisição, baseado nos valores de escritura, nos valores atribuídos por deliberação camarária ou pelo valor patrimonial constante na inscrição matricial. Nas situações em que o valor foi atribuído por deliberação camarária, este teve por base o valor apurado pela comissão de avaliação nomeada para o efeito. Nos registos de regularização contabilística de situações anteriores, a avaliação de

âmbito fiscal tende a aproximar-se do justo valor de mercado. O VPT assente em critérios objetivos é um bom indicador para aferir a imparidade, conferindo de modo geral uma maior prudência nas contas, sendo de utilização preferencial pelo município de Mogadouro

• **Edifícios e outras construções**

Os bens incluídos nesta conta foram valorizados, em regra, pelo valor de aquisição ou de produção, discriminados em escritura ou pelo apuramento de custos em resultado da conta final de empreitada.

✓ **Investimentos Financeiros**

Os bens incluídos nesta conta, encontram-se individualizados pelos seus momentos de subscrição e estão valorizados pelo seu valor de aquisição ou montantes das participações.

Atentos às especificidades dos contratos de cedência do direito de superfície, os serviços de património continuam a reunir informação necessária para dar cumprimento ao normativo preconizado no POCAL, com o propósito de proceder a reclassificação desses ativos para a conta de Investimentos em imóveis, na medida em que não estão disponíveis para venda, considerando-se como tal, que esta conta abrange as edificações urbanas e propriedades rústicas que não estejam afetas à atividade operacional da autarquia, nem sejam consideradas bens do domínio público. No que concerne ao tratamento contabilístico de uma cedência do direito de superfície, o benefício gerado deverá ser reconhecido ao longo do período do contrato independentemente do momento do recebimento.

*O conjunto de "Investimentos Financeiros" regista o valor de 1.497.691,60€, sendo que 3.740,98 € são relativos à participação no Laboratório Regional de Trás-os-Montes na rubrica "Partes de Capital" e 447.889,50€ ao Fundo de Apoio Municipal registado na rubrica "Obrigações e títulos de participação" e ainda o valor de 1.046.061,12 euros em "Investimentos em imóveis"*



### 8.2.3.2 Amortizações

Foram calculadas as amortizações, pelo método de amortizações lineares, por duodécimos, à data de 31 de dezembro de 2006, utilizando as taxas máximas previstas no classificador CIBE, quer para os bens avaliados pelo método do custo, quer pelo método comparativo. Os bens avaliados pelo método do valor de mercado tiveram por base de avaliação o estado de conservação recolhido no inventário físico e a obsolescência funcional do imóvel. Para estes bens foi adotada, como data de início de utilização, a data de 31 de dezembro de 2006. Para a generalidade dos bens do ativo imobilizado registados a partir 1 de janeiro de 2007, as amortizações são calculadas segundo o método das quotas anuais constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no CIBE (Portaria nº671/2000, de 17 de abril). Denote-se que em 2019 altera-se o procedimento de cálculo de amortizações constantes anuais para o sistema por duodécimos. Portanto, os bens concluídos ou adquiridos no exercício de 2019 sofreram a primeira amortização no mês em que entraram em funcionamento. Para os bens de imobilizado incorpóreo a taxa de amortização foi calculada de acordo com o período de vida útil predefinido de 3 anos. Não obstante, o artigo 34.º do CIBE consagrar que, por norma, se possam amortizar totalmente no ano de aquisição ou produção, os bens cujos valores unitários sejam materialmente pouco relevantes, optou-se por utilizar todo o período de vida útil.

O mapa detalhado das Amortizações e Provisões, diz-nos que as amortizações acumuladas registam um aumento, em termos absolutos de 6.266.151,40€ face a 2018, apresentando no final do ano, o saldo final de 85.723.077,69€. Durante o ano em análise verificam-se 6.458.946,99€ de Amortizações e 192.795,59€ de Regularizações.



*Ativo Circulante, representa os bens e os direitos cuja realização deve ter lugar no próprio exercício e é composto por três grupos - Existências, Dívidas a receber e Disponibilidades;*

### **8.2.3.3 Existências**

#### Critérios valorimétricos utilizados nas existências

As existências, compostas por matérias-primas, matérias subsidiárias e materiais de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição adicionado dos gastos suportados direta ou indiretamente para as colocar no seu estado atual e em armazém. Incluem, nomeadamente, materiais e artigos utilizados na construção e manutenção de infraestruturas: rede viária, rede de água e rede de saneamento; peças e acessórios utilizados na oficina de reparação de viaturas e equipamentos; diverso material de escritório e informática, entre outros artigos de consumo corrente, repartido da seguinte forma:

<b>EXISTÊNCIAS - 2019</b>	
<i>Ferramentas e utensílios de desgaste rápido</i>	<i>5.247,87€</i>
<i>Material de escritório</i>	<i>22.389,05€</i>
<i>Outros combustíveis</i>	<i>9,35€</i>
<i>Lubrificantes</i>	<i>992,10€</i>
<i>Limpeza, higiene e conforto</i>	<i>15.444,47€</i>
<i>Material de transporte</i>	<i>226,64€</i>
<i>Material de educação, cultura e recreio</i>	<i>183,47€</i>
<i>Vestuário e artigos pessoais</i>	<i>1.159,66€</i>
<i>Outros fornecimentos e serviços</i>	<i>108.325,83€</i>
<i>Produtos químicos</i>	<i>2.570,73€</i>
<b>TOTAL</b>	<b>156.549,17€</b>



O método de custeio das saídas adotado foi o do custo médio ponderado, por se considerar ser o método que melhor evidencia o custeio dos bens aprovisionáveis destinados ao consumo, bem como, a incorporar nos produtos finais, não tendo ocorrido qualquer alteração do método ao longo do exercício económico em análise. O sistema de valorização de existências adotado pelo município é o sistema de inventário permanente. Não foram constituídas provisões para depreciação de existências, conforme o preceituado no princípio da prudência.

**Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:**

<i>Movimentos</i>	<i>Mercadorias</i>	<i>Matérias-primas subsidiárias e de consumo</i>
<i>Existências iniciais</i>	0,00	156.549,17€
<i>Compras (+)</i>	0,00	528.940,24€
<i>Regularização de Existências (+/-)</i>	0,00	-4.900,67€
<i>Existências finais (-)</i>	0,00	180.426,91€
<b><i>Custos no exercício</i></b>	<b>0,00</b>	<b>500.161,83€</b>

Para salvaguardar a fiabilidade da informação prestada nas demonstrações financeiras, garantindo uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e patrimonial e dos resultados obtidos no ano em apreço, é imprescindível que seja feita uma contagem física integral do inventário para efeitos de registo, caso existam, de regularizações contabilísticas de existências. Em face do exposto, para efeitos de apuramento contabilístico dos desvios (quebras/sobras), no dia 13/12/2019, foi entregue pelo fiel de armazém, a ficha de contagem parcial do inventário físico à data de 12/12/2019,

presenciada pelos revisores oficiais de contas. No caso em concreto, foi apurado um desvio negativo no valor de 4.900,67 euros, resultante de factos alheios aos nossos serviços, com ressalva para o facto de eventualmente poder tratar-se maioritariamente de artigos que apresentam um rácio de rotação de stocks significativamente reduzido ou nulo e um prazo médio de stock demasiado elevado, per si indicador de obsolescência técnica/comercial do material, quer motivado pela inexistência de movimentos de saída de stock, principalmente, na aplicação informática de gestão de stocks. Sumariamente, foram contabilizadas quebras nas seguintes contas patrimoniais: ferramentas e utensílios de desgaste rápido (772,89€), material de transporte (194,83€), produtos de higiene e limpeza (203,19€), produtos químicos (1.908,04€) e outros materiais (1.808,20€).

Demonstração da variação da produção: não aplicável

#### **8.2.3.4 Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

#### **Depósitos em instituições financeiras e Caixa**

**Depósitos em instituições financeiras** - O valor de 3.862.152,78€, corresponde á disponibilidade em instituições financeiras, e refletidos no Resumo Diário da Tesouraria do último dia do ano. De referir que 449.308,40€ são referentes a operações de tesouraria principalmente cauções e ou reforços de garantia, significando, portanto, que este valor será restituído aos depositários aquando da conclusão das obras ou levantamento das cauções.

**Caixa**- O valor indicado nesta rubrica corresponde ao total dos meios de pagamento disponíveis na Tesouraria do Município e refletido no Resumo Diário de Tesouraria que no último dia do ano regista o valor de 1.709,34 €.

#### **8.2.3.5 Dividas de e a Terceiros**

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira;

As dívidas de terceiros são evidenciadas pelos valores das respetivas operações, líquido das respetivas provisões acumuladas.

**Utentes-** O valor de 141.218,33€, corresponde à dívida pelo consumo de água por parte dos utentes relativo a recibos debitados no final do ano.

**Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa -** O valor de 12.735,95€, corresponde às dívidas sobre os quais existe incerteza de cobrança efetiva, sendo já receita virtual e sobre a qual já foi emitida certidão de dívida. Estas dívidas são expressas pela importância constante dos documentos que as titulam e registam um aumento de 285,44€ em relação a 2018.

**Estado e outros entes públicos -** O valor de 20.625,60€ representa o montante do IVA a reembolsar do Estado, constituindo, portanto, uma receita do Município para o próximo ano.

### **8.2.3.6 Acréscimos e diferimentos**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na observância dos princípios contabilísticos no POCAL, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos. No passivo os acréscimos e diferimentos, subdividem-se em Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos.

### **8.2.4 - Cotações utilizadas para conversão na moeda “euro” das operações registadas em contas incluídas no Balanço e na Demonstração de Resultados originariamente exprimidas e moeda estrangeira.**

*Não existem.*

### **8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado:**



- Por valorimetrias diferentes das previstas no capítulo 4 «Critérios de valorimetria»;

- Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas;

- Por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo.

Não aplicável.

### **8.2.6 Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento».**

A conta associada às despesas de investigação e desenvolvimento revela, na sua totalidade, a aquisição de estudos e projetos que serviram de base à tomada de decisões estratégicas e que constituem instrumentos de base para as ações de planeamento do município, designadamente: obras sem previsão temporal de execução no plano plurianual de investimento, planos municipais de ordenamento do território, etc. Na conta "propriedade industrial e outros direitos" constam os valores de registo dos direitos de autor (auto da criação do mundo) e das marcas: capital do cogumelo (marca nacional: 539346) e feira dos gorazes (marca nacional: 539345). As licenças plurianuais, assim como, o software informático, também são classificados como imobilizado incorpóreo, enquanto que as licenças de curta duração (igual ou inferior a 1 ano) são registadas como custos do período em que incorrem. Muito resumidamente apresentam os seguintes saldos:

• conta 43.1 - Despesas Instalação (saldo de 0,00€);

• conta 43.2 - Despesas Investigação e Desenvolvimento (saldo de 413.447,82€);

• conta 43.3 - Propriedade Industrial e outros Direitos (saldo de 303.99€).

## **PASSIVO**

O passivo representa as obrigações presentes do Município e provenientes de acontecimentos passados. É constituído por três componentes, designadamente:

- Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazo (empréstimos bancários);

- Dívidas a Terceiros a Curto Prazo - fornecedores de imobilizado e conta corrente; Estado e Outros Entes Públicos (Operações de Tesouraria e IVA) e Outros Credores (cauções e garantias bancárias e subsídios a outras entidades);

**Património** - Esta Conta reflete as variações do imobilizado, e altera apenas com a aplicação dos resultados pelo que o valor de 16.067.419,56€ não regista qualquer alteração.

**Subsídios** - Esta conta regista os subsídios recebidos a qualquer título, que não respeitem diretamente ao financiamento da despesa corrente nem ao financiamento de bens amortizáveis.

Os resultados transitados apresentam o valor final de 16.246.770,98€, ou seja, uma diminuição de 2.053.614,44€ relativamente ao ano anterior.

**Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo** - O valor desta rubrica com 871.362,25€, diz respeito ao total da dívida com os empréstimos de médio e longo prazo contraídos nas várias instituições de crédito do capital utilizado até 31/12/2019, o qual comparativamente ao ano anterior, regista uma diminuição de 632.626,58€.

#### **Dívidas a Terceiros - Curto Prazo**

**Fornecedores c/c e Fornecedores de Imobilizado c/c** - Corresponde aos encargos assumidos e não pagos perante terceiros no montante global de 28.379,36€, o que representa uma diminuição de 102.908,61€ relativamente ao ano de 2018.

**Outros Credores**- O valor de 31.838,34€ corresponde ao valor cobrado pela Câmara a entregar a outras entidades e ao valor do Fundo de Apoio Municipal

que não consideramos como dívida, por o valor estar incluído nas operações de tesouraria.

**Garantias e Cauções-** O valor global de 406.643,13€, corresponde ao total das cauções apresentadas, também refletidas nas operações de tesouraria e corresponde na sua maioria aos valores retidos pelo Município relativo a empreitadas.

**Acréscimos e Diferimentos -** A expressividade dos Acréscimos de Custos está basicamente vertida no valor contabilizado por via das remunerações a liquidar em 2020, cujo custo onera o exercício de 2019 (férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais), bem como outras contingências expectáveis, que pelo facto de não terem sido refletidas na execução orçamental do ano 2018, foram consideradas no Balanço. Assim o montante de 578.758,56€ corresponde a esses direitos e é superior ao do ano anterior no montante de 137.239,96 euros.

**Proveitos diferidos -** Corresponde ao valor arrecadado sobre obras participadas pela Administração Central e Fundos Comunitários e regista uma diminuição de 1.044.537,48€ em relação ao ano anterior. O valor desta rubrica (19.702.376,28€) será movimentado na conta de proveitos conforme a contabilização das amortizações do imobilizado a que respeitam, mostrando que no decorrer de 2019, o valor recebido de fundos Comunitários foi inferior ao valor amortizado nas obras financiadas.

**827- 828 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:**

**Ativo Bruto**





Prestação de contas 2019

Rúbricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferência e abates	Saldo Final
<b>Bens de Domínio Público</b>	<b>74.786.903,23</b>	<b>108.072,80</b>	<b>555.421,04</b>	<b>0,00</b>	<b>-211.715,62</b>	<b>75.662.112,69</b>
Terrenos e recursos naturais	697.569,10	0,00	3.226,12	0,00	0,00	700.795,22
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas:	73.302.971,55	18.072,80	307,50	0,00	-572.373,45	73.983.725,30
Bens do patrimônio histórico, artíst. e cultural	1.905,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.905,50
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	784.457,08	0,00	551.887,42	0,00	360.657,83	975.686,67
Adiantamentos p/ conta de bens dom. público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>	<b>838.431,56</b>	<b>0,00</b>	<b>79.313,67</b>	<b>0,00</b>	<b>24.053,79</b>	<b>893.691,44</b>
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	401.762,82	0,00	0,00	0,00	-11.685,00	413.447,82
Propriedade industrial e outros direitos	303,99	0,00	0,00	0,00	0,00	303,99
Software Informático	333.935,30	0,00	27.364,62	0,00	24.053,79	337.246,13
Imobilizações em Curso	102.429,45	0,00	51.949,05	0,00	11.685,00	142.693,50
Adiantamentos p/ conta de imobil. incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Imobilizações Corpóreas</b>	<b>72.416.469,01</b>	<b>448.319,01</b>	<b>1.804.476,03</b>	<b>6.464,64</b>	<b>383.531,17</b>	<b>74.279.268,24</b>
Terrenos e recursos naturais	6.485.084,28	111.600,75	100,00	6.464,64	0,00	6.590.320,39
Edifícios e outras construções	56.003.964,52	334.802,25	0,00	0,00	-146.121,37	56.484.888,14
Equipamento básico	2.785.297,30	0,00	75.611,02	0,00	6.546,21	2.854.362,11
Equipamento de transporte	1.655.733,93	0,00	18.000,00	0,00	0,00	1.673.733,93
Ferramentas e utensílios	979.745,80	1.916,01	12.255,14	0,00	7.863,59	986.053,36
Equipamento administrativo	1.549.820,15	0,00	125.443,99	0,00	98.690,08	1.576.574,06
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	2.028.382,51	0,00	70.303,03	0,00	-45.050,79	2.143.736,33
Imobilizações em curso	928.440,52	0,00	1.502.762,85	0,00	461.603,45	1.969.599,92
Adiantamentos p/ conta de imobil. corpóreas	0,00	0	0	0	0,00	0,00
<b>Investimentos Financeiros</b>	<b>1.772.106,32</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.772.106,32</b>
Partes de capital	3.740,98	0,00	0,00	0,00	0,00	3.740,98
Obrigações e títulos de participação	447.889,50	0,00	0,00	0,00	0,00	447.889,50
Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	22.587,39	0,00	0,00	0,00	0,00	22.587,39
Edifícios e outras construções	1.297.888,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.297.888,45
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos p/ conta de invest. financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>149.813.910,12</b>	<b>556.391,81</b>	<b>2.439.210,74</b>	<b>6.464,64</b>	<b>195.869,34</b>	<b>152.607.178,69</b>



Durante o exercício de 2019, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações corpóreas, bem como as respetivas amortizações acumuladas, pode ser verificado através da análise dos mapas. Denote-se que, no Mapa do Ativo Bruto, os montantes inscritos na coluna "Reaval./Ajustamentos" dizem respeito a avaliações decorrentes do processo de inventariação do património do Município e não propriamente a reavaliações. De acordo com a Nota Explicativa ao "Quadro do Ativo Imobilizado Bruto" do SATAPOCAL, de março de 2015, "as regularizações relativas a elementos patrimoniais que não foram em devido tempo inventariados, devem ser registadas na coluna de reavaliações/ajustamentos".

• A conta 45.3.3 - Viação rural registou um incremento de 108.072,80€ que resulta, essencialmente, para efeitos contabilísticos do registo inicial efetuado em 06/06/2019, no inventário do município n.º 12406 pelo valor residual à data de 2011\*. Na sua origem está um protocolo de transferência para o património municipal do troço com 10.555km da E.N.221-7 (entre EN 221 e a barragem Bemposta), homologado em 28/09/1995, entre o Município de Mogadouro e a Junta Autónoma de Estradas, com um custo estimado no âmbito do PIDDAC/95 de aproximadamente 100.000.000,00 escudos (498.797,90€). Foi celebrado em 12/04/2011, após aprovação pelo conselho de administração da EP -Estradas de Portugal, S.A, em 11/08/2010 e pela câmara municipal de Mogadouro na reunião de 26/10/2010. Esta operação teria como contrapartida a realização de obras de beneficiação entre pk 0+000 e pk 10+700, com uma camada de desgaste de betão betuminoso, a efetuar pela EDP, não sendo este valor até à data reportado aos serviços de património.

\*Importa referir que a transferência de titularidade do troço desclassificado no plano nacional rodoviário ocorre com a assinatura do auto que a formaliza e a homologação do mesmo pelo membro do Governo responsável pela

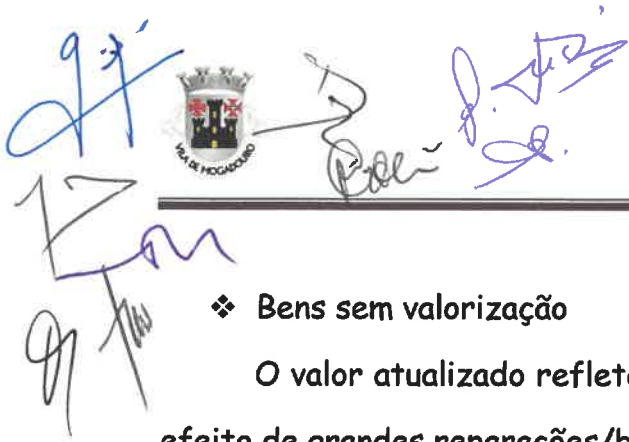
7  
95  
área das infraestruturas rodoviárias. Pese, embora, o facto do Decreto-Lei n.º 280/2007, definir que o valor a fixar para a transação de imóveis património do Estado deve ser apurado e homologado com base em avaliação prévia realizada pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTf), com recurso à bolsa de peritos avaliadores constituída para o efeito, como previsto no artigo 109º do referido decreto-lei. No caso em questão, o suporte documental é omissivo no que concerne à valorização para efeitos de registo contabilístico.

•Contempla, ainda, na conta 42.1 - terrenos e 42.2 -edifício e outras construções, a regularização contabilística relativa ao registo do imóvel sito na rua Luís de Camões, na caderneta predial urbana denominado antiga escola preparatória Trindade Coelho, omissivo na conservatória do registo civil e inscrito no registo predial em 2016, pelo valor patrimonial tributário atual de 446.403,00 euros, utilizando as percentagens de 25% e 75% respetivamente.

### **8.2.8. DESAGREGAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO**

O ativo imobilizado é desagregado por conta de imobilizado e por classe homogénea, espelhando de forma sucinta todas as alterações patrimoniais (aquisições/abates /transferências/doações) dos bens de imobilizado. Desta forma, e como suporte ao mapa A e B, foram extraídos os seguintes mapas, que se encontram em anexo:

- ❖ Mapa do ativo bruto (MAPA A);
- ❖ Mapa de amortizações e provisões (MAPA B);
- ❖ Mapa geral de bens móveis abatidos em 2019;
- ❖ Mapa geral de bens imóveis abatidos em 2019;
- ❖ Mapa de imobilizações em curso;
- ❖ Mapa resumo dos financiamentos por inventário;
- ❖ Mapa de subsídios para investimento por financiamento;



❖ Bens sem valorização

O valor atualizado reflete o movimento de correções, nomeadamente, por efeito de grandes reparações/beneficiações.

As transferências de imobilizado em curso para o imobilizado corpóreo definitivo são efetuadas, pelo setor do património, aquando da receção do comprovativo da colocação em funcionamento do bem ao serviço do município, mediante homologação dos autos de receção provisória.

Destacam-se as seguintes transferências, no valor global de 833.946,28€, no ano em apreço:

- requalificação da rotunda de Bemposta: 12.293,88€;
- arruamentos no concelho (Paradela, Travanca e Bemposta): 360.657,83€;
- centro interpretação do mundo rural - trabalhos complementares: 89.869,34€;
- centro de interpretação do mundo rural - trabalhos complementares (pavimentos): 31.202,16€;
- rede de percursos pedestres do concelho de Mogadouro: 156.816,93€;
- implementação de equipamentos da grande rota 36: 91.179,90€;
- escultura para rotunda de ligação rodoviária da zona industrial de Mogadouro ao IC5: 60.208,00€;
- obra executada por administração direta: adutora entre captação e o reservatório Vila dos Sinos (inventário n.º 12399): 8.450,48 €.

No que concerne a esta última referência, cumpre-nos informar que, perante a inexistência de um suporte de contabilidade analítica, a valorização contempla, unicamente, os custos diretos de materiais e mão de obra, adjudicados a entidades externas.



O ativo bruto sofreu um decréscimo de 194.911,34€ resultante, sobretudo, de:

- Alienação a título oneroso de lotes na zona industrial de Mogadouro ao abrigo do regulamento do loteamento Industrial de Mogadouro (lote 67, 68, 82 e 104): 6.464,64€;
- Demolição dos anexos/arranjos exteriores do bairro do fundo do fomento, prevista na planta geral de intervenção executado no âmbito da obra de empreitada de requalificação: 35.900,00€;
- Abate do equipamento de interligações wireless e hotspot da vila, por motivos de obsolescência tecnológica e substituição pelo projeto WIFI4EU: 87.149,51 €;
- Abate de bens de reduzido valor, totalmente depreciados, de difícil controlo periódico, atendendo à irrelevância material para a tomada de decisão do órgão de gestão, bem como, do equipamento administrativo, equipamento básico, etc., deteriorado e inoperacional. Relativamente ao imobilizado em curso (IMOC) coloca-se particular enfoque no projeto de execução da casa das associações: 255.448,31€, ao qual acresce o fornecimento e instalação de equipamentos, máquinas e instrumentos: 60.639,00€, bem como, o fornecimento de conteúdos para exposição permanente: 31.365,00€, que continua a aguardar elaboração de auto de receção para efeitos de transição para o inventário amortizável. Outra nota a respeito da matéria em apreço serve para dar conta da liquidação e pagamento efetuado, ainda neste exercício, mas cuja assinatura do título de compra e venda do lote n.º 85, sito na zona industrial, só ocorrerá em 13/01/2020, e nesse sentido a alienação só poderá ser reconhecida contabilisticamente nesse mesmo exercício económico.

**Amortizações e Provisões**

Rúbricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>Bens do Domínio Público</b>	<b>48.002.085,84</b>	<b>4.121.658,95</b>	<b>0,00</b>	<b>52.123.744,79</b>
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	48.002.085,84	4.121.658,95	0,00	52.123.744,79
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>	<b>730.558,38</b>	<b>10.679,12</b>	<b>23.549,59</b>	<b>717.687,91</b>
Despesas de investigação e desenvolvimento	401.762,82	2.272,06	0,00	404.034,88
Propriedade industrial e outros direitos	303,99	0,00	0,00	303,99
Software Informático	328.491,57	8.407,06	23.549,59	313.349,04
<b>Imobilizações Corpóreas</b>	<b>30.472.075,63</b>	<b>2.304.400,64</b>	<b>169.246,00</b>	<b>32.607.230,27</b>
Edifícios e outras construções	23.070.776,91	1.965.768,08	36.178,46	25.000.366,53
Equipamento básico	2.619.696,28	74.183,76	6.378,62	2.687.501,42
Equipamento de transporte	1.279.189,92	66.707,46	0,00	1.345.897,38
Ferramentas e utensílios	840.958,99	40.762,09	6.809,02	874.912,06
Equipamento administrativo	1.448.974,25	62.454,26	97.342,69	1.414.085,82
Outras imobilizações corpóreas	1.212.479,28	94.524,99	22.537,21	1.284.467,06
<b>Investimentos em Imóveis</b>	<b>252.206,44</b>	<b>22.208,28</b>	<b>0,00</b>	<b>274.414,72</b>
Edifícios e outras construções	252.206,44	22.208,28	0,00	274.414,72
<b>Total</b>	<b>79.456.926,29</b>	<b>6.458.946,99</b>	<b>192.795,59</b>	<b>85.723.077,69</b>

**8.2.9 - Custos incorridos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar Imobilizações**

*Os encargos de 309,61€ em juros, e 632.936,19€ em amortizações foram pagos na data dos respetivos vencimentos.*

**8.2.10 - Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado**

*Não se verificou a situação enunciada.*

**8.2.11 - Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações**

*Não se verifica a situação enunciada.*

**8.2.12 - Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:**



Encontra-se por concluir o processo de análise dos protocolos existentes com o município, conducente à identificação de todos os bens do imobilizado corpóreo e em curso, que se encontram em qualquer uma destas situações. Muito embora o Município de Mogadouro continue com a plena titularidade da propriedade dos lotes de terreno n.º 1 a 6 e 17 do loteamento de Santo Cristo de Bemposta, estes não foram elencados na avaliação patrimonial efetuada, em 2006 pelos peritos externos, julgando pela existência de escritura de compra e venda de parcela de terreno com área de 18.903m<sup>2</sup>, destacada do prédio rústico, inscrito na matriz sob o artigo 1-H da freguesia de Bemposta, realizada em 17/01/2005, para dotar de infraestrutura desportiva, regularizar a situação do centro de dia de Bemposta e proceder ao melhor ordenamento da área do centro e praça principal. De salientar, porém, que esta transação teve como contrapartida um pagamento inicial em dinheiro de 200.000,00 euros, acrescido duma verba de 100.000,00 euros correspondente à valorização da cedência futura dos lotes infra referidos.

<b>PROTOCOLO – investimento incorporado em propriedade alheia</b>						
PROPRIETÁRIO		OBJECTO	FREGUESIA	DESTINO	PRAZO	
Município de Mogadouro	Junta de Freguesia	Construção de polidesportivos do concelho	São Martinho	Polidesportivo	2009	INVENTÁRIO N.º 7282
Município de Mogadouro	Juntas de Freguesia	Construção de polidesportivos do concelho	Castelo Branco	Polidesportivo	2009	INVENTÁRIO N.º 7284
Município de Mogadouro	Juntas de Freguesia	declaração de dono e legitimo proprietário (art.483, art.p415, art.649/1-d e art.724, respetivamente	Travanca, Paradela, Ventozelo, Meirinhos	Requalificação de polidesportivos do concelho	2015	INVENTÁRIO N.º 10997
Município de Mogadouro	Juntas de Freguesia	construção de balneários do polidesportivo do Variz	Variz	Polidesportivo	2015	INVENTÁRIO N.º 10882

Nota: O município foi promotor e executor da obra cofinanciada pelo ON2, eixo prioritário IV-Coesão Local e Urbana (Equipamentos Desportivos), tendo sido



assinado um acordo de parceria entre o município e as respetivas juntas, com vista à dinamização conjunta da pratica desportiva pela comunidade local.

**CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE**

SUPERFICIÁRIO	OBJECTO	NÚMERO DE INVENT.	Local	FREGUESIA	DESTINO	PRAZO	INÍCIO	TERMO
Fabrica da Igreja Paroquial de Bemposta	escritura de cedência a titulo gratuito do direito de superficie sobre lote 8 de Santo Cristo Bemposta c/ 449m2 (artigo matricial 1614)	50069	Rua da Barreira	Bemposta	construção de residência paroquial	50	18/03/2009	18/03/2059
Virlis - Comércio de Automóveis, Lda.	contrato de cedência do direito de superficie de parcela de terreno C/ 900m2 (a destacar do artigo matricial 97-Q)	12205	Santo Cristo	Mogadouro	exploração de posto de abastecimento de combustíveis	10	11/09/2015	31/12/2025
Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro	escritura de cedência a titulo gratuito de direito de superficie sobre parcela de terreno c/12.569,00 m2 (matriz predial n.º 3375)	s/n.º	Quinta da Agueira	Mogadouro	construção de lar de idosos	50	06/04/2009	06/04/2059
Carlos Luís Fernandes (compra do processo de execução em 2016 por Amílcar Joaquim Marcos)	contrato de cedência do direito de superficie sobre 750m2 (artigo matricial 2988)	12206	Rua Fonte Nova Lote 16-B	Mogadouro	exploração de posto de abastecimento de combustíveis e lavagem de automóveis	25	25/09/2001	25/09/2026
Tecsam Tecnologia serviços médicos SA.	escritura de cedência a titulo gratuito do direito de superficie de 13.365m2 (artigo matricial 3320)	s/n.º	Reta Vale Madre	Mogadouro	construção de unidade clinica laboratorial	50	08/02/2008	08/02/2058

**ARRENDAMENTO - imobilizações corpóreas em poder de terceiros**

ARRENDATÁRIO	OBJECTO	NÚMERO INVENT.	LOCALIZAÇÃO	FREGUESIA	DESTINO	Prazo	Início	Termo
Josefina Afonso e filho Paulo com necessidades especiais	Prédio Urbano (Habitação) 80m2 - Valcerto (artigo 857)	11087	Rua da Escola	Valcerto	Habitação Social			
Eduardo Miguel Mesquita Felix	Habitação Social Castro Vicente	6431		Castro Vicente	Habitação Social			
Carlos Manuel Pereira	Habitação Social - Prédio Urbano (Sito em Vale Porco)	8106	Vale Porco	Vale Porco	Habitação Social			
Mário Eurico Vales Teniz	Contrato de arrendamento de habitação social	50121	Casa 33 Bairro Social	Mogadouro	Habitação Social	5 anos renováveis	28/03/2017	

**IMOBILIZADO EM PODER DE TERCEIROS**

SUPERFICIÁRIO	OBJECTO	NÚMERO INVENT.	LOCAL	FREGUESIA	DESTINO	Prazo	Início	Termo
---------------	---------	----------------	-------	-----------	---------	-------	--------	-------



Prestitação de contas 2019

Junta de freguesia Bemposta	Polidesportivo de Bemposta	10009		Bemposta	Delegação de competências na junta de freguesia na "gestão, conservação e reparação do Polidesportivo de Bemposta"		Deliberação Em 8/4/2014	
Naturisnor, Lda.	Cedência da construção em madeira para instalação da "Casa das Arribas" (artigo urbano n.º 1341)	50037	Antigo edifício escolar de Cardal do Douro	Bemposta	Atividade turismo	50 anos		
Freguesia Peredo de Bemposta	Cedência a título gratuito para Junta de Freguesia de Peredo de Bemposta para legalização de "CASAS DE CAMPO"	50372		Peredo de Bemposta	Escola Básica 1º ciclo de Peredo de Bemposta (sem inscrição na matriz predial)		Deliberação em 14/09/2010	
Junta Freguesia de Remondes	Protocolo de cedência de 2 edifícios (matriz predial n.º 303)	50379		Remondes	Instalações da escola primária, jardim infância e área envolvente para cozinha regional e forno comunitário	10 anos eventual renovável	Deliberação Em 19/3/2013	
ADSCR - Associação Desenvolvimento Social e Cultural de Remondes	Cedência de escola para centro de dia (sem inscrição na matriz predial)	50383		Remondes	Centro de dia de Remondes			
Associação dos Apicultores do Parque Natural do Douro Internacional	Protocolo de cedência da escola primária c/ 75m2 superfície coberta e 1125m2 de logradouro	50202	Zava	Mogadouro	Sede social e sala coletiva para extração acondicionamento e rotulagem de mel	5 Anos renovável automática por iguais períodos	17/11/2010	
Junta de Freguesia de Sanhoane	Protocolo de cedência da escola primária	50398		Sanhoane	Centro de dia	3 anos Renovável por idênticos períodos	Deliberação em 14/11/2006 Protocolo em 28/11/2006	
Associação Clube de Caça e Pesca de Mogadouro	Cedência de terreno	11090	Casa 33 Bairro Social	Mogadouro	Campo de Tiro			
Confraria das Casulas de Mogadouro	Protocolo de cedência das garagens c/ 57m2 e logradouro a poente c/ 132m2	10176 GR 10967	Largo Conde Ferreira	Mogadouro	Sede da Confraria	5 anos renovável automática por iguais e sucessivos	12/10/2015	
Junta Freguesia de Urrás	Protocolo de cedência da escola primária transformada em T2 c/176m2 superfície coberta c/ 852 m2 logradouro equipada	50425		Urrás	Unidade de Turismo Rural	20 anos renovável por iguais períodos	27/07/2009	
Junta Freguesia de Azinhoso	Protocolo de cedência da escola primária c/ 35m2 de área coberta	50020	Sampaio	Azinhoso	Centro de Convívio	3 anos renovável por iguais períodos	12/02/2010	
Junta Freguesia de Vilar do Rei	Protocolo de cedência da escola primária c/100m2 área coberta e 1200m2 logradouro	50452	Vilar do Rei		Apoio ao parque de Merendas contíguo ao referido edifício	3 anos renovável por iguais períodos	30/04/2009	
Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro	Contrato comodato n.º10/2015 - cedência da Escola "CERCA" c/ 1436m2 area total para fins de interesse publico	50193	Rua Luís de Camões	Mogadouro	Instalação do CATL - Centro de Atividades dos Tempos Livres	15 anos renovável por iguais e sucessivos períodos	27/01/2015	26/0/2030
Comissão Proteção Jovens em Risco	Antiga Escola preparatória Trindade Coelho	12519	Rua Luís de Camões	Mogadouro	Sala cedida a CPCJ			



# Prestitação de contas 2019

Rancho Folclórico e Etnográfico de Mogadouro	Sede do Rancho na antiga cadeia velha	50324		Mogadouro					
--	---------------------------------------	-------	--	-----------	--	--	--	--	--

CONCESSÃO									
CONCESSIONÁRIO	OBJECTO	N. INV.	LOCAL	FREGUESIA	DESTINO	Prazo	Início	Termo	Rendimento
EDP - Distribuição Energia, SA	Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão assinado em 19/9/2001 - protocolo de renovação entre ANMP e a EDP de 13/9/2016	s/n		Concelho	Infraestruturas	DL 344B/82 de 1/9 c/redação dada DL 341/90 de 30/10	19/09/2001		
DOUROGAS PROPANO - Comp. Comercial de Propano, S.A..	Concessão do uso privativo do domínio para a construção/ampliação e concessão de exploração da rede de distribuição de gás na vila de Mogadouro)	s/n		Mogadouro	Infraestruturas	12 ANOS	2012	2024	
Bísaro do Planalto, Unipessoal, Lda.	Contrato 56/2016 de 26/10/2016 - Concessão de exploração de Cozinha regional (inclui infraestruturas, equipamentos	9921	Cabeço de Santo António	Mogadouro	Cozinha Regional	5 anos Renováveis por idênticos períodos até limite 25 anos	26/10/2016		301,00 € /mês
António Augusto Santos, Lda.	Concessão de exploração de escritório Central de Camionagem (Aluguer de 4 cais, 1 escritório e 1 alvéolo de bagagem na Central de Camionagem	50316		Mogadouro	Hangar	regulamento exploração e funcionamento da CC - aviso 21558/207 de 5/11 (cais =50,00; escritório= 50,00; alvéolo =50,00			300,00 €/mês
Ana Cristina Estácio Tavares	Contrato 5/2018 de 13/02/2008-Concessão de exploração de bar e esplanada da Central de Camionagem c/ área de 100m2	50315		Mogadouro	Café e restauração	5 anos eventualmente renovável por iguais períodos	01/02/2008		120,00 € /mês
Lúcia Adelaide Madureira Costa	Edifício com 25m2 (artigo 3426)	11080	Praça Duarte Pacheco	Mogadouro	Atividade económica de artesanato	Deliberação 21/02/2007	17/11/2010		retribuição em espécie
Eulália Rosa Fernandes Dias	Contrato n. 15/2017 - Concessão de exploração do bar/explanada c/ 52,60m2 de área útil e 83m2 área coberta e Porta da Rota da Terra Transmontana(moinho c/79m2 área total e 143m2 área coberta)	10994 10996	Ribeira do Juncal	Mogadouro	Café e restauração	3 anos até limite de 15	despacho 13/02/2017 contrato 21/4/2017		71,00€ /mês
Juliana Casimiro Mendes Teixeira	Concessão de exploração do bar das Piscinas Descobertas	50166	Complexo Desportivo	Mogadouro	Exploração de café	3 meses	15/06/2019	15/9/2019	2002,00€ /mês
Jorge Lira	Concessão do direito público de exploração de Cozinha regional lote	9920	Zona Industrial Mogadouro	Mogadouro	Cozinha Regional	deliberação de adjudicação 23/07/2019	12/10/2015		333,33€/mês
Vitamingadjet unipessoal Lda. e	Concessão do direito público de exploração de Cozinha regional lote 3	9922	Zona Industrial Mogadouro	Mogadouro	Cozinha Regional	deliberação de adjudicação	27/07/2009		305,00€ /mês



Edite da Luz Domingues Unipessoal Lda.						23/07/2019			
Instituto Emprego Formação Profissional	Aluguer de instalações - sala de formação para curso de cozinha/pastelaria 03 na residência de estudantes	s /nº	Ex Residência Estudantes	Mogadouro	Sala de formação profissional				(334 X 4,00€)
Particular	Aluguer de espaços no aeródromo municipal para hangaragem do planador d-9881 pelo período de 1 ano	50001	Aeródromo Municipal	Azinhoso	Hangaragem de planador	1 ano			

### **8.2.13 - Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos**

*Em 31/12/2019, o não existe qualquer bem em regime de locação financeira.*

### **8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.**

Em termos gerais, a sua incorporação no inventário, com valor nulo, resulta, fundamentalmente, de doações, ofertas, cedências gratuitas, obras de arte, mobiliário antigo e ao registo cadastral de bens cuja aquisição, por ser demasiada antiga, se desconhece o custo de aquisição ou produção. Neste rol de bens sem valorização, evidencia-se o registo contabilístico relativo à renovação, em 2015, do direito de superfície sobre 900 m<sup>2</sup> de terreno para exploração de posto de abastecimento de combustíveis (11/9/2015-11/9/2025). Pese, embora, o facto deste registo carecer de procedimento de desanexação do prédio rústico (artigo matricial n.º 97-Q) para efeitos de regularização predial e matricial ou fiscal, enquanto elemento constituinte de prova da titularidade da posse ou direito de uso.

### **8.2.15 - Identificações dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.**

As razões que motivam a não amortização destes bens decorrem da própria lei (CIBE -Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril), na medida em que, em função das características intrínsecas do próprio bem, estes enquadraram-se num



determinado Grupo Homogéneo ao qual o CIBE não atribui qualquer taxa de amortização. Uma parte dos bens é constituída por terrenos, não amortizáveis; semelhante situação ocorre nos bens do património histórico, artístico e cultural; acresce, ainda, um conjunto de bens oferecidos, mobiliário antigo e obras de arte para os quais não existem elementos de valorização.

### 8.2.16 - Identificação das entidades participadas

Nos termos do disposto na Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010 "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo" foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial como critério valorimétrico para as participações financeiras- De acordo com a alínea c) do ponto 6.5 da orientação n.º- 1/2010, o Método de Equivalência Patrimonial aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público exerce influência significativa sobre a gestão operacional e financeira da entidade.

O Município de Mogadouro não é detentor de participações abrangidas por esta metodologia.

As participações financeiras detidas pelo Município e, em que este não tem influência significativa, ou seja, inferiores a 20%, encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Entidades	% Valor Aquisição	Participação
Laboratório Regional de Trás os Montes Lda.	4.56%	3.740,98 €

O Município detém uma participação indireta na empresa "Resíduos do Nordeste, EIM", através da Associação de Municípios do Douro Superior.

*Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do exercício*

em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício conforme a seguir se identificam:

Douro Superior Associação de Desenvolvimento  
Av. Combatentes da Grande Guerra  
5160-217- TORRE DE MONCORVO

Participação detida: 500,00€

Capital Próprio: 175.399,32€

Resultado do último exercício (2018): 1.202,70 €

IAREN-Instituto da Água da Região Norte  
Rua Dr. Eduardo Torres, 229  
4450-113 - MATOSINHOS

Participação detida: 299,28€

Capital Próprio: 1.591.682,39€

Resultado do último exercício (2018): -214.010,24€

Associação Nacional de Municípios Portugueses  
Av. Marnoco e Sousa, 52  
3004-511 - Coimbra

Participação detida - 4.870,68€

Capital Próprio: 2.181.596,11 €

Resultado do último exercício (2018): 76.956,67€

Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.  
Castelo de Santiago da Barra  
4900-360 - VIANA DO CASTELO

Participação detida: 1.500,00€

Capital Próprio: 2.284.950,37€

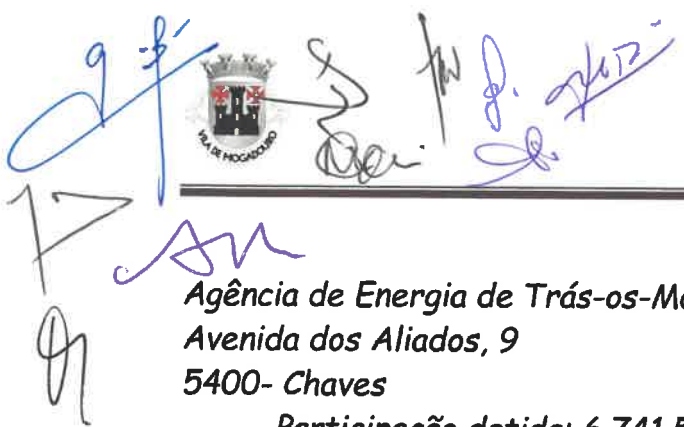
Resultado do último exercício (2018): 1.607.318,23€

Associação de Municípios do Baixo Sabor  
Rua Manuel Seixas, n.º 9  
5160-290 - Torre de Moncorvo

Despesas de Funcionamento: 15.993,24€

Capital Próprio: Não Identificado

Resultado do último exercício: Não identificado



Agência de Energia de Trás-os-Montes  
Avenida dos Aliados, 9  
5400- Chaves

Participação detida: 6.741,51€

Capital Próprio: 9.386,83€

Resultado do último exercício (2018): 6.759,00€

Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás os Montes  
Rua Visconde da Bouça, Ap. 238  
5300-318 - Bragança

Participação detida: 51.791,67€

Capital Próprio: 83.761,29€

Resultado do último exercício (2018): 145.874,91€

Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Duero-Douro  
Plaza Egidio S/N  
37173 Trabanca

Participação detida: 1.000,00€

Capital Próprio: 748.679,62€

Resultado do último exercício (2018): 78.909,69€

### **8.2.17 Títulos Negociáveis e outras aplicações de Tesouraria**

*Relativamente aos elementos incluídos nas contas "Títulos Negociáveis" e "Outras Aplicações de Tesouraria", terão de mencionar, quando aplicável, a sua natureza, entidades, quantidades e valores do Balanço:*

*Da análise ao Balanço e às Demonstrações Financeiras, tal não é aplicável, pois a conta 18.1 "Aplicações Financeiras" em 31/12/2019 apresenta-se saldada.*

**8.2.18 - Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.**

*Em 31/12/2019 não existiam Outras Aplicações Financeiras.*

**8.2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante,**



**calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.**

*Não existem.*

**8.2.20 - Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou de mercado.**

*Não existem.*

**8.2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.**

*Não existem.*

**8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.**

*No ano 2019, foram feitas provisões para cobranças duvidosas por existirem dívidas de terceiros em mora há mais de seis meses. O valor total da provisão ascende a 1.678,58€.*

**8.2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.**

*Não existem.*

**8.2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.**

*Não é aplicável pela análise feita e demonstrada ao Balanço e às Demonstrações Financeiras.*

**8.2.25 - Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.**

*Não existem dívidas ao Estado em mora.*

**8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:**

Código e designação das contas	Saldo da gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Garantias e cauções		649.859,70€	101.176,30€	89.090,60€		637.774,00€
Recibos para cobrança	40.603,34€		86.259,56€	84.295,54€	42.567,36€	
<b>Total</b>	<b>40.603,34€</b>	<b>649.859,70€</b>	<b>187.435,86€</b>	<b>173.386,14€</b>	<b>42.567,36€</b>	<b>637.774,00€</b>

As responsabilidades por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança encontram-se identificados no mapa de contas de ordem.

O Município deu as receitas municipais (consignação de receita) como garantia, às seguintes entidades:

**Garantias – Outras Garantias**

Instituição Bancária	Data Início	Data Fim	Tipo Garantia	Montante Contratado
CGD	06/03/2009	05/06/2021	Consignação da Receita Municipal	10.000,00 €
CGD	28/10/2008	27/01/2021	Consignação da Receita Municipal	1.000,00 €
CGD	28/10/2008	27/10/2020	Consignação da Receita Municipal	2.000,00 €
CGD	03/04/2012	02/04/2021	Consignação da Receita Municipal	5.000,00 €
CGD	28/10/2008	27/01/2021	Consignação da Receita Municipal	2.000,00 €
CGD	06/03/2009	05/06/2021	Consignação da Receita Municipal	7.500,00 €
CGD	06/03/2009	05/06/2021	Consignação da Receita Municipal	2.000,00 €

Para assegurar o reembolso do capital e o pagamento dos juros e dos demais encargos dos empréstimos, o Município deu como garantia às instituições de crédito as receitas municipais que não se encontrem legalmente consignadas, nomeadamente:

**Garantias – Empréstimos Bancários**

Instituição Bancária	Empréstimo n.º	Tipo Garantia	Valor Dívida 31/12/2019
CGD	42476091	Consignação da Receita Municipal	48.034,14 €
CGD	21606091	Consignação da Receita Municipal	11.542,90 €
CGD	46498091	Consignação da Receita Municipal	105.356,39 €
CGD	21622091	Consignação da Receita Municipal	11.744,46 €
CGD	21584091	Consignação da Receita Municipal	22.623,86 €
CGD	21630091	Consignação da Receita Municipal	28.599,30 €
CGD	21592091	Consignação da Receita Municipal	5.735,62 €
CGD	49470091	Consignação da Receita Municipal	204.714,42 €
CCAM	61285996	Consignação da Receita Municipal	433.011,16 €



**8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:**

Código das contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	28.152,83€	1.678,58€	0,00	29.831,41€
292	Provisão para riscos de encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

**8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.**

Fundos Próprios e Passivo	Exercícios	
	2019	2018
51 Património	16.067.419,56€	16.067.419,56€
55 Ajust. de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56 Reservas de Avaliação	0,00	0,00
Reservas:	0,00	0,00
571 Reservas legais	0,00	0,00
572 Reservas estatutárias	0,00	0,00
573 Reservas contratuais	0,00	0,00
574 Reservas livres	0,00	0,00
575 Subsídios	18.792.544,16€	18.782.044,16€
576 Doações	150.456,00€	150.456,00€
577 Reservas decorrentes de transf. Ativos	0,00	0,00
59 Resultados transitados	<u>16.246.770,98€</u>	<u>18.300.385,42€</u>
Subtotal-----	<b>51.257.190,70€</b>	<b>53.300.305,14€</b>
Resultado líquido do exercício	<b>-1.750.783,61€</b>	<b>-2.493.029,44€</b>
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>49.506.407,09€</b>	<b>50.807.275,70€</b>

**576 - Doações**

Não foram reportados aos serviços de património quaisquer situações que originassem registo patrimonial.

**575 - Subsídios**

A dificuldade dos serviços de contabilidade em identificar e decompor, do montante de subsidio recebido durante o exercício económico em curso, a parte respeitante ao subsidio de exploração e a respeitante ao subsidio de investimento, condiciona o integral cumprimento do principio da especialização. Nesta situação encontra-se a aquisição de hardware no valor de 8.056,56 euros alocado ao gabinete de apoio ao aluno e à família: PIICIE, cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, no âmbito do Programa Operacional Regional Norte 2020, com código de operação: NORTE-08-5266-FSE-000119, no domínio do capital humano, com inicio em 2/10/17 e fim 30/09/2020, amortizável em 4 anos.

**59 - Resultados Transitados**

O movimento ocorrido durante o exercício económico de 2019, na conta de resultados transitados, resultou da aplicação do resultado líquido proveniente de exercícios anteriores, e excecionalmente, de regularizações não frequentes e de grande significado, que afetaram positiva ou negativamente o património, designadamente:

- regularização de amortizações no valor negativo de 4.559,00€ (inventário n.º 12448 - percurso pedestre GR36, tendo a ultima fatura sido conferida em 30/05/2018);
- correção do lançamento contabilístico de fatura registada com o inventário n.º 12187, abatido e reinventariado dando lugar a dois inventários (n.º 12398 e 12520);
- registo contabilístico do edifício da antiga escola preparatória Trindade Coelho pelo V.P.T. atual de 446.403,00 euros, com vida útil estimada remanescente de 20 anos.

**2745 - Proveitos diferidos**



WIFI4EU - Trata-se de um programa, no domínio da economia e sociedade digital, gerido e financiado pela Agência de Execução para a Inovação e as Redes da Comissão Europeia (INEA -CE) que visa promover a conectividade à Internet em comunidades locais, através da atribuição de um apoio financeiro de montante fixo, no quadro do Mecanismo Interligar a Europa (Connecting Europe Facility - CEF). A iniciativa WiFi4EU tem como objetivo proporcionar acesso à Internet de alta qualidade à população residente, bem como aos visitantes, nos principais centros de vida da comunidade local, como parques, praças, biblioteca e demais edifícios públicos, contribuindo para a redução da exclusão digital e o aumento do acesso aos serviços públicos online. A subvenção (comparticipação financeira/doação) atribuída ao Município de Mogadouro assume a forma de um «vale» de 15.000,00 euros, diretamente pago ao adjudicatário do fornecimento e instalação da rede WI-FI. Apesar deste diferimento de proveitos não constar automaticamente no mapa de subsídios para o investimento por financiamento, vai ser apurado manualmente e devidamente refletido nas demonstrações financeiras.

**8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:**

Movimentos	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0,00	156.549,17€
Compras	0,00	528.940,24€
Regularizações de existências	0,00	-4.900,67€
Existências Finais	0,00	180.426,91€
<b>Custo no Exercício</b>		<b>500.161,83€</b>

**8.2.30 - Demonstração da variação da produção**

*Não aplicável.*

**8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:**

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2019/12/31	2018/12/31			2019/12/31	2018/12/31
681	Juros Suportados	309,61	496,01	781	Juros obtidos	0,00	0,00
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortização de investimento imóveis	22.208,28	23.138,05	783	Rendimentos de Imóveis	675.812,74	517.566,62
684	Provisões p/ aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de Participações capital	2.045,45	3.409,09
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferença de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Desc. de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros Custos e perdas financeiras	3.141,07	3.137,30	787	Ganhos nas aliena. aplicaç. Tesouraria	0,00	0,00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	<b>Subtotal</b>	<b>25.658,96</b>	<b>26.771,36</b>				
	<b>Resultados Financeiros</b>	<b>652.199,23</b>	<b>494.204,35</b>		<b>Total</b>		
	<b>Total</b>	<b>677.858,19</b>	<b>520.975,71</b>			<b>677.858,19</b>	<b>520.975,71</b>

**8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários:**

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2019/12/31	2018/12/31			2019/12/31	2018/12/31
691	Transferências capital concedidas	262.352,91	292.105,13	791	Restituição de Impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de Dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	4.900,67	25.665,60	793	Ganhos em existência	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	7.271,58	62.393,91	794	Ganhos Imobilizações	37.009,69	3.430,48
695	Multas e Penalidades	37,50	18.058,25	795	Benefícios penal. contratuais	30.043,95	7.773,83
696	Aumentos Amortizações Provisões	0,00	0,00	796	Reduções Amortiz. Provisões	0,00	0,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	801,98	115,98	797	Correções relativas a exercícios anteriores	42.6789,20	27.774,34
698	Outros Custos e Perdas Extraordinárias	17.441,22	74.645,83	798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinário	1.668.329,61	1.683.668,96
	<b>Subtotal</b>	<b>292.805,86</b>	<b>472.984,74</b>				
	<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>1.485.257,59</b>	<b>1.249.662,91</b>		<b>Total</b>		
	<b>Total</b>	<b>1.778.063,45</b>	<b>1.722.647,61</b>			<b>1.778.063,45</b>	<b>1.722.647,61</b>



**Encargos com o Revisor Oficial de Contas:**

2019	2018
11.070,00€	11.070,00€

**Em anexo encontram-se os seguintes mapas:**

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstração de Resultados Financeiros
- Demonstração de Resultados Extraordinários
- Ativo Bruto
- Amortizações e Provisões
- MAPAS DO IMOBILIZADO:**
- Mapa dos bens sem valorização
- Mapa de Imobilizações em curso
- Mapa Geral dos Bens Móveis Abatidos
- Mapa do Inventário
- Resumo da Execução da Receita e Despesa
- Mapa de Controlo Orçamental da Receita
- Mapa de Controlo Orçamental da Despesa
- Fluxos de Caixa
- Mapa de Operações de Tesouraria
- Mapa das Contas de Ordem
- Caracterização da entidade
- Mapa dos Empréstimos
- Contratação Administrativa - Situação dos Contratos
- Síntese das Reconciliações Bancárias
- Relação Nominal de Responsáveis
- Execução das Grandes Opções do Plano
- Execução do Plano Plurianual de Investimentos
- Execução do Plano de Atividades Municipais
- Modificações às Grandes Opções do Plano
- Modificações ao Orçamento da Receita e da Despesa
- Mapa de Outras Dívidas a Terceiros
- Mapa de Transferências Correntes - Receita
- Mapa das Transferências de Capital - Receita



- Mapa de Transferências Correntes - Despesa
- Mapa das Transferências de Capital - Despesa
- Relação dos encargos assumidos e não pagos
- Resumo Diário de Tesouraria
- Fundos de Maneio
- Mapas das Reconciliações bancárias
- Notas demonstrativas com respectivas certidões
- Mapa das Participações em Entidades não Societárias
- Mapa das Participações em Entidades Societárias
- Declaração nos termos da Resolução n.º 3/2016 do Tribunal de Contas
- Declaração de Compromissos Plurianuais
- Declaração de pagamentos em atraso
- Declaração agregada de recebimentos em atraso
- Mapa síntese dos bens inventariados
- Mapa das Existências em Armazéns